

FACETAS IDEOLÓGICAS DAS ESCOLHAS LEXICAIS: A NÃO NEUTRALIDADE DA LÍNGUA EM USO

Luciano Amaral Oliveira

Resumo: Este artigo aborda as facetas ideológicas das escolhas lexicais e objetiva contribuir para a discussão acerca da relação estreita entre língua e ideologia e defender a inclusão nas aulas de português de discussões acerca dessas facetas ideológicas. A primeira seção discute a não neutralidade da língua em uso e a necessidade da adoção de uma concepção de língua apropriada para a prática pedagógica. A segunda seção defende o estatuto teórico do significado lexical literal embora o radicalismo dos teóricos pós-estruturalista pareça ter arrefecido nos últimos anos. A última seção traz a análise de três pares de palavras para ilustrar a imbricação entre ideologia e vocabulário. Para a discussão, são convocadas as vozes de Oswald Ducrot, Umberto Eco, Stanley Fish, Terry Eagleton, Jonathan Culler, Domenico Losurdo, Eliane Vasconcellos Leitão, Tzvetan Todorov e Teun Van Dijk, dentre outras. A análise mostra que as escolhas lexicais podem ser feitas de modo a construir discursos que favorecem determinadas narrativas.

Palavras-chave: Escolhas lexicais, ideologia, não neutralidade linguística.

Abstract: This article tackles the ideological facets of lexical choices and aims at contributing to the discussion about the strong relation between language and ideology and at defending the insertion in the Portuguese language class discussions about these ideological facets. The first section discusses the non-neutrality of language in use and the necessity of the adoption of an appropriate view of language for the pedagogical practice. The second section defends the theoretical status of lexical literal meaning although the radicalism of post-structuralism theoreticians has diminished in the past years. The last section brings the analysis of three pairs of words in order to illustrate the imbrication of ideology and vocabulary. For the discussion, the voices of the following theorists, among others, have been summoned up: Oswald Ducrot, Umberto Eco, Stanley Fish, Terry Eagleton, Jonathan Culler, Domenico Losurdo, Eliane Vasconcellos Leitão, Tzvetan Todorov and Teun Van Dijk. The analysis shows that lexical choices can be made in order to construct discourses which favor certain narratives.

Keywords: Lexical choices, ideology, non-linguistic neutrality.

Introdução

Variados fenômenos relativos à língua portuguesa têm sido objetos de escrutínio por parte dos linguistas. Muitos conhecimentos já se produziram sobre, por exemplo, a

Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da UFBA, Salvador, Bahia, lucianoamaral64@yahoo.com.

concordância verbal, a variação linguística, as mudanças linguísticas, a criouliização, a formação de palavras e os campos lexicais. E o sistema da língua portuguesa continua sendo dissecado nos dias que correm levando as aulas de português na educação básica a focarem, ainda, as estruturas gramaticais em detrimento dos fenômenos semânticos e discursivos.

Entretanto, um conjunto de questões relacionadas à língua ainda precisa receber mais atenção por parte dos professores de português: as questões ideológicas, que estão entranhadas nos fenômenos da linguagem. Aparentemente, apenas duas questões ideológicas têm sido alvos frequentes de vários linguistas, as quais acabam adentrando a sala de aula por meio de livros didáticos e de simulados do Exame Nacional do Ensino Médio: a suposta homogeneidade da língua portuguesa e o conseqüente preconceito linguístico que a crença na tal homogeneidade provoca. Embora seja extremamente importante que isso seja discutido – não apenas na sala de aula da educação básica e dos cursos superiores, mas também na sociedade como um todo, pois o mito da homogeneidade linguística e o preconceito linguístico continuam atravessando a sociedade brasileira –, as discussões sobre as facetas políticas e, por extensão, ideológicas relacionadas aos fenômenos linguísticos não podem se limitar a essas duas questões.

Analistas críticos do discurso já demonstraram que as estruturas sintáticas e as palavras podem veicular determinadas concepções de mundo. Por exemplo, a mídia corporativa tende a usar as vozes verbais seguindo a lógica das relações de poder, favorecendo o apagamento do agente de uma ação socialmente condenável se ele pertencer às elites econômicas ou políticas e explicitando-o se o agente pertencer a classes subalternas (VAN DIJK, 2008). Similarmente, se uma emissora de TV compactua com uma incursão militar terrestre estadunidense dentro do território iraquiano, ela opta pela palavra *ocupação* em vez de *invasão* para se referir a essa ação (OLIVEIRA; CARVALHO, 2013).

Assim, os objetivos deste artigo são exatamente discutir as facetas ideológicas das escolhas lexicais e defender a inclusão nas aulas de português de discussões sobre tais facetas. Isso é essencial para que os estudantes se conscientizem da estreita relação entre as palavras e os efeitos de sentido que elas podem provocar.

Para alcançar esses objetivos, dividi o texto em três seções. Na primeira, trato de um ponto crucial para a reflexão que aqui proponho: a não neutralidade da língua em uso. Nesse sentido, é inevitável que eu apresente três concepções de língua e suas implicações pedagógicas, apontando a concepção que é mais adequada para que o professor de português auxilie seus alunos a ampliarem seu vocabulário ao mesmo tempo em que desenvolvem sua consciência acerca de como questões ideológicas estão imbricadas nas escolhas lexicais. Na

seção seguinte, abordo brevemente uma questão que ainda gera certa polêmica: o estatuto teórico do significado lexical literal. Indo na direção contrária de alguns teóricos pós-estruturalistas, defendo a existência teórica do significado literal e o consequente entranhamento ideológico que as palavras sofrem. Na última seção, analiso três pares de palavras que ilustram claramente as facetas ideológicas entranhadas no léxico para demonstrar a importância de os professores de português discutirem com seus alunos acerca da relação entre escolhas lexicais e posicionamentos ideológicos. Esclareço que as palavras podem ser formadas por um ou mais elementos, como, por exemplo, *ocupação militar*, *mercado futuro*, *direita coxinha* e *esquerda caviar*. Nesse caso, eu as considero palavras sintagmáticas, estejam elas ou não já compiladas em dicionários.

A não neutralidade da língua em uso

Como qualquer objeto observacional, a língua pode ser apropriada por arcabouços teóricos distintos que a tornam objetos teóricos também distintos. Dessa forma, é possível delimitarem-se, pelo menos, três maneiras de se conceber a língua teoricamente.

A primeira concepção é a estruturalista, segundo a qual a língua é um sistema abstrato formado por estruturas sintáticas que se inter-relacionam. É uma visão popularizada por Ferdinand de Saussure (1916 [1999]) e reforçada por Noam Chomsky (1978 [1965]). Esses dois teóricos, cada um à sua maneira, realizaram expurgos sérios em suas propostas teóricas: as variações linguísticas, os fenômenos semânticos, a história da língua, os usos que se fazem da língua, a história da língua, e conseqüentemente, os sujeitos usuários da língua foram excluídos dos estudos linguísticos propostos por esses dois teóricos.

Obviamente, tanto Saussure quanto Chomsky tinham suas próprias agendas teóricas, cujos objetivos justificam as abstrações que fizeram. O mestre suíço buscava dar à linguística uma cara de ciência, entendida a partir do paradigma positivista que imperava na virada do século XIX para o século XX. O gerativista estadunidense objetivava, em última análise, desvendar os mistérios da mente analisando as estruturas sintáticas já que, na sua visão, a língua é um espelho da mente. E como a mente não é diretamente acessível, ele tentou chegar até ela por meio da língua, que ele considera um fenômeno mental.

Entretanto, as exclusões teóricas promovidas pelos estruturalistas tornam a sua concepção de língua bastante limitada em termos pedagógicos. Afinal, ela deixa de fora os elementos essenciais para o entendimento do funcionamento real das línguas humanas e, mais

importante, faz a língua parecer neutra, relacionada apenas a fenômenos puramente linguísticos.

Não por acaso, na década de 1970, consolidou-se o movimento epistemológico chamado de virada pragmática (ou guinada pragmática), que promoveu o retorno dos elementos excluídos das pesquisas linguísticas pelos teóricos estruturalistas. Desse movimento, surgiram duas novas concepções de língua: a que vê a língua como instrumento de comunicação e a que a vê como interação social.

Conceber a língua como instrumento de comunicação é aparentemente mais interessante do ponto de vista pedagógico do que concebê-la como um sistema abstrato de estruturas sintáticas. Afinal, a comunicação implica o uso da língua por, pelo menos, dois indivíduos. Aliás, já é muito conhecido aquele esquema de comunicação em que um emissor transmite uma mensagem para um receptor que a decodifica: ao receptor basta dominar o código para extrair o significado da mensagem – por código entenda-se o conjunto de formas sintáticas, fonológicas e lexicais da língua em que a mensagem é formulada.

O problema dessa concepção, conforme alerta Oswald Ducrot (1972), é que a língua é vista como um código. E se ela é vista dessa forma, ela é tratada como se transparente fosse porque fica implícita a ideia de que o significado da mensagem está contido em e limitado a seus elementos linguísticos. O corolário disso é que a língua é, no frigidus in ovo, neutra.

Ora, os conhecimentos linguísticos do receptor não bastam para que ele produza significados a partir do texto recebido: sem levar em consideração os contextos de produção e de recepção textuais, ele não conseguirá produzir significados de maneira adequada. Por exemplo, imagine-se que uma mulher e um homem casados, que compartilham a ideologia patriarcal, estão em um shopping center, param diante de uma vitrine e a mulher profere o seguinte enunciado: “Olha, que vestido lindo! Adorei.”. Há duas interpretações possíveis para esse enunciado: (1) ela quer que seu marido compre o vestido para ela; (2) ela está apenas compartilhando com ele uma opinião e um sentimento acerca do vestido. Agora, imagine-se a mesma mulher com sua filha diante da mesma vitrine, proferindo um enunciado com as mesmas palavras. A primeira interpretação já fica descartada e a segunda é a interpretação mais provável.

Do ponto de vista estritamente linguístico, o enunciado “Olha, que vestido lindo! Adorei.” não é um pedido de compra feito pela mulher a seu marido. Para essa interpretação ocorrer, é necessário levar em conta os elementos que formam o contexto de enunciação. E isso mostra que, longe de ser transparente, a língua é opaca e permite que seus usuários

veiculem significados de maneira implícita e, inclusive, emitam enunciados sem se responsabilizarem pelos sentidos neles implicitados.

Críticas, como a de Ducrot, à concepção de língua como instrumento de comunicação se intensificaram ao longo das décadas de 1990 e 2000, o que criou espaço para a disseminação, entre os professores de português, de uma outra forma de se ver a língua, influenciada pelas leituras e releituras das obras de Mikhail Bakhtin 2004 [1929]: a língua concebida como interação social.

Conceber a língua como interação social implica perceber que os usos da língua não se limitam a simples atos de transmissão de mensagens de um emissor para um receptor. Implica também que os indivíduos usam a língua para interagirem socialmente e que essa interação é atravessada por relações de poder mais ou menos implícitas, as quais dependem das posições discursivas, sociais e institucionais ocupadas por esses indivíduos. Por exemplo, em um tribunal de justiça, é bem claro quem pode e quem não pode fazer perguntas. E isso não é por acaso: na vida cotidiana, uma pessoa que faz uma pergunta a outra coloca essa outra pessoa na obrigação de respondê-la. Ou seja, o ato de perguntar confere poder a um sujeito, que coloca sobre outro sujeito a obrigação da resposta. Essa é a razão pela qual ficamos chateados ou irritados quando perguntamos algo a uma pessoa e ela se recusa a responder ou simplesmente ignora nossa pergunta: nós fazemos uma pergunta, temos esse poder, e a pessoa à qual submetemos nosso poder não reage de acordo. É por isso que Ducrot (1972, p. 12) afirma que a língua “não é mais apenas o lugar onde os indivíduos se encontram; ela impõe também, a esse encontro, formas bem determinadas. Não é mais somente uma condição de vida social, mas um modo de vida social. Ela perde a inocência.”

As relações desiguais de poder marcam os usos da língua no nível sintático e no nível lexical. Isso leva algumas (ou muitas) pessoas, por exemplo, a acreditarem que a língua portuguesa é machista. Contudo, como se pode atribuir a uma língua uma característica social? Os sistemas sintático, morfológico e lexical do português não obrigam ninguém a proferir enunciados sexistas, racistas ou homofóbicos. Eliane Vasconcellos Leitão (1981) já demonstrou como o patriarcalismo da sociedade brasileira coloca suas marcas na língua portuguesa por meio da criação e da ressignificação das palavras e por meio dos pronomes. Ou seja, não são os pronomes, os adjetivos e os substantivos que são sexistas.

Vista estritamente como um sistema abstrato de estruturas sintáticas, fonológicas e lexicais, a língua pode ser considerada apolítica, a-ideológica. Mas escolher vê-la dessa forma já é, em si, um ato político, ideológico.

A língua pode ser e frequentemente é usada para expressar os valores ideológicos de quem a utiliza. Afinal, a linguagem é constitutiva, no sentido de ser essencial para a construção de realidades. E a parte da língua portuguesa que é mais suscetível a ser usada como veículo de construções identitárias e de valores ideológicos é o vocabulário. É disso que trata a próxima seção.

O estatuto teórico do significado lexical literal

Não há como se discutir a questão das facetas ideológicas das escolhas lexicais sem se problematizar o estatuto teórico do significado literal. Afinal, neste artigo, defendo a ideia de que os significados das palavras podem conter traços ideológicos, que contribuem para provocar efeitos de sentido que deixam transparecer determinadas concepções de mundo. E se eu defendo essa ideia, é porque há quem a ataque. E é exatamente aí que se encontra a justificativa para a presença desta seção.

O ataque à ideia da existência teórica do significado lexical literal tem sido realizado por teóricos pós-estruturalistas que defendem os direitos do leitor em detrimento dos direitos do texto. Embora tenha perdido muito da sua força – até Stanley Fish (2000), um dos defensores mais ferrenhos dos direitos do leitor, já abandonou o barco –, esse ataque precisa ser comentado aqui.

Nos anos 1980, um debate se instaurou no universo acadêmico: é o leitor o único responsável por produzir significados a partir de um texto ou o texto já traz significados que o autor ali colocou e com os quais o leitor interage para produzir significados? Teóricos pós-estruturalistas entraram nesse debate e, para defenderem os direitos do leitor, lançaram o argumento de que um texto não possui sentido até ser lido, pois é o leitor que lhes atribui significados e porque o autor supostamente morreu. Por extensão, defenderam a ideia de que as palavras não possuem significado até serem usadas, ou seja, as palavras não possuem significado literal. A posição desses teóricos virou moda, radicalizou-se, e o significado literal, como lembra Sírio Possenti (2009), tornou-se uma “blasfêmia”, metáfora que nos remete, não gratuitamente, à esfera dos dogmas religiosos.

Umberto Eco (2001, p. 27) chamou esse debate de dialética entre os direitos do leitor e os direitos do texto e ironizou quem defende radicalmente os direitos do leitor: “Tenho a impressão de que, no decorrer das últimas décadas, os direitos dos intérpretes foram exagerados”. A ironia de Eco faz todo sentido na medida em que é impossível negar que um

autor coloca significados no seu texto, embora leitores diferentes possam produzir significados mais ou menos diferentes a partir do que está em um mesmo texto.

Na verdade, a moda pós-estruturalista se inspirou nesta ideia que Ludwig Wittgenstein (1999 [1953]) introduziu no universo acadêmico por meio das suas *Investigações filosóficas*: os significados das palavras e das expressões são os usos que se fazem delas. Seguindo-se essa ideia, só seria possível conhecer o significado da palavra *oceano*, por exemplo, quando ela fosse usada. *Reductio ad absurdum*, se um aluno, durante a chamada, grita “Oceano!”, então *oceano* significa “Presente!”. Ainda seguindo-se essa ideia, pode-se vislumbrar uma situação em que um estudante pergunta à sua professora o que significa *partícula* e ela diz que não é possível responder se ele não lhe disser para que a palavra foi usada, se ele não a utilizar para jogar um jogo da linguagem, para realizar um ato de fala.

Se a proposta wittgensteiniana fosse teoricamente válida e, conseqüentemente, o significado literal fosse descartado pelos estudiosos da linguagem, diversos fenômenos semânticos simplesmente não fariam o menor sentido. Como poderíamos falar, por exemplo, de sinonímia, antonímia, hiperonímia e meronímia, que são relações que se estabelecem entre os significados literais das palavras? E o que dizer da polissemia? Não faria sentido falar-se de palavras polissêmicas, pois, no limite, todas as palavras poderiam ter qualquer significado. A metáfora não existiria, já que ela é um fenômeno que envolve o significado literal de dois itens lexicais que ocupam diferentes posições paradigmáticas em um mesmo eixo sintagmático, conforme explica Marina Yaguello (1997). Além disso, os dicionários simplesmente não existiriam, pois o que são eles se não compilações de itens lexicais com seus respectivos significados literais (além, é claro, de suas características sintáticas e fonológicas)?

Se todos esses argumentos apresentados no parágrafo anterior não forem suficientes para convencer os teóricos pós-estruturalistas de que as palavras possuem significado literal, então apresento a questão usada por Jonathan Culler (1997), Eco (2001) e Terry Eagleton (1998) para colocar em xeque a tese daqueles teóricos: se toda interpretação envolve um intérprete e um objeto a ser interpretado, e se o texto não possui significados antes de ser lido (pois as palavras supostamente não possuem significados literais), a interpretação é uma interpretação de quê? Em outras palavras, o que há de conteúdo no texto para o leitor interpretar? Não sabendo o que responder, Fish parou de defender sua posição, conforme ele deixa claro no primeiro parágrafo da Introdução da décima-primeira edição de *Is there a text in this class?*, seu mais livro mais conhecido:

O que me interessa a respeito de muitos dos ensaios desta coletânea é o fato de que eu não os poderia ter escrito hoje. Eu não os poderia escrever porque tanto a forma de seus argumentos quanto a forma dos problemas a que aqueles argumentos se referem existem em função de suposições que não mais sustento ¹. (FISH, 2000, p. 1).

Ora, o significado lexical literal não é uma invenção *ad hoc* de lexicógrafos. Na verdade, eles compilam palavras que são criadas pelas comunidades linguísticas em situações de uso da língua. Nessa situações, as palavras são criadas com um determinado significado que se cristaliza como seu significado literal, que pode se perpetuar ou mudar ao longo do tempo. É esse significado que guia os usuários da língua nas suas escolhas lexicais e nas interpretações que realizam. É esse significado que pode conter facetas ideológicas.

Que as palavras possuem poder expressivo já é um fato conhecido. Afinal, mesmo as pessoas que não são estudosas da linguagem sabem que, por exemplo, *mansão* e *barraco* expressam juízos de valor que *casa* não expressa; que *pangaré* e *lata-velha* veiculam julgamentos negativos que *cavalo* e *carro* não veiculam; que *veado* e *sapatão* expressam um preconceito que *gay* e *lésbica* não expressam. Por isso, questões ideológicas sérias relacionadas a escolhas lexicais não podem deixar de ser objeto de discussão na academia e nas escolas. A próxima seção traz uma análise que busca contribuir para essa discussão.

Facetas ideológicas das escolhas lexicais

Antes de apresentar a análise dos três pares de palavras, é necessário que eu explicito o conceito de ideologia que subjaz à análise. Para os propósitos deste artigo, adoto a seguinte definição operacional: ideologia é uma forma de se ver o mundo, ou seja, é uma concepção de mundo. Essa definição aproxima-se da forma como Van Dijk (2000, p. 49) entende ideologias: “crenças sociais gerais e abstratas, compartilhadas por um grupo, as quais controlam ou organizam as opiniões (atitudes) e conhecimentos mais específicos de um grupo.” Assim, há, por exemplo, as ideologias feminista, patriarcal, heterossexual, racialista ², capitalista e comunista.

¹ Cf. o trecho original: What interests me about many of the essays collected here is the fact that I could not write them today because both the form of their arguments and the form of the problems those arguments address are a function of assumptions I no longer hold.

² Para conferir a diferença entre racismo e racialismo, ver Todorov (1993).

Isso posto, e partindo da ideia de que as palavras possuem significados literais, passo à análise das facetas ideológicas de três pares de palavras: *descobrimento/conquista*; *ação militar/ataque terrorista*; *socorro financeiro/estatização*.

O *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 966) fornece o seguinte significado literal para *descobrimento*: “ato, processo ou efeito de descobrir (algo), tornando patente o que estava velado ou revelando (alguma coisa) de que não se tinha conhecimento”.

Conta a história oficial que 22 de abril de 1500 foi o dia do descobrimento do Brasil e que a América foi descoberta por Cristóvão Colombo em 12 de outubro de 1492. Em 1975, eu aprendi isso na escola com a voz de professores e do livro didático de Armando Souto Maior (1974). O problema é que, ainda hoje, há estudantes que aprendem isso na escola. Por exemplo, no material didático *História: ensino médio*, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, há um texto no qual as autoras mencionam o descobrimento do Brasil, mas não problematizam o termo *descobrimento* (FRANCISCO; CANHA, 2007, p. 74). Outro exemplo é o capítulo dedicado a História no material didático *Caderno em Ação*, produzido pela Secretaria da Educação da Bahia em 2012, no qual se veem aspas nas palavras *descobridores* e *descobertos* e a frase *descobrimento do Brasil* (BATISTA; LOPES; BARRETO, 2012, p. 46-47). O uso das aspas passa a sensação de que os autores colocariam esses elementos sob rasura e os problematizariam, mas não é isso o que acontece: continua a naturalização do discurso em torno da narrativa do descobrimento.

Entretanto, é muito provável que haja não apenas professores mas também materiais didáticos que levem os alunos a refletirem sobre esta palavra: *descobrimento*. Afinal, a adoção dessa palavra para se referir às ações dos europeus no continente americano no século XVI tem três implicações ideológicas sérias.

A primeira é o fato de essa palavra veicular a ideia de que o continente americano estava oculto e, assim, foi descoberto. Isso implica, por sua vez, um apagamento das pessoas que ali habitavam antes da chegada dos europeus. Aliás, como informa Todorov (2010, p. 47), após analisar os diários do famoso navegador italiano: “Colombo fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem. Suas menções aos habitantes das ilhas aparecem sempre no meio de anotações sobre a Natureza, em algum lugar entre os pássaros e as árvores.” Ou seja, para Colombo e os europeus da sua época, os seres que habitavam o continente americano nem humanos eram, pois não eram cristãos, não possuíam armas feitas com ferro, não usavam roupas e não falavam espanhol ou português.

A segunda implicação está relacionada com a descoberta do Outro pelo eu europeu, de grupos sociais aos quais os europeus não pertenciam. Essa descoberta estabeleceu, de maneira inequívoca, a dicotomia Nós/Outros, colonizador/colonizado, a qual opõe um endogrupo a um exogrupo. Conforme explica Van Dijk (2008), os membros de um grupo tendem a construir discursos favoráveis ao seu endogrupo e a construir discursos desfavoráveis ao exogrupo.

E foi exatamente isso que aconteceu na relação estabelecida entre os europeus e os povos que habitavam a América, a partir do ponto de vista dos colonizadores: Nós, europeus brancos e cristãos, somos civilizados e superiores; os Outros, nativos negros, mestiços, vermelhos, pardos e pagãos, são primitivos. Estabelecidas essas diferenças essencialistas, os europeus subjugarão os povos deste continente, forçando-os a adotarem o cristianismo e as línguas espanhola e portuguesa, torturando e assassinando quem demonstrasse resistência, quem se rebelasse.

A terceira implicação da adoção da palavra *descobrimento* é a naturalização da ideia de que a colonização que houve por estas bandas do planeta foi um evento tranquilo, que não envolveu o uso da força e da violência. O reflexo disso é a disseminação da visão segundo a qual os colonizadores fizeram um favor aos colonizados ao trazerem sua língua, sua religião, seu modo de vida. Um exemplo emblemático da naturalização dessa ideia nos foi dado em 2015 pelo Sport Club do Recife, conforme relata Lucas Liausu (2015): “Rubro-negro adotou a cor azul em homenagem ao período da colonização holandesa em Pernambuco, que ocorreu em 1630.” É preocupante uma agremiação esportiva homenagear colonizadores e mais preocupante ainda o jornalista da versão online do jornal *O Globo* não problematizar isso na sua matéria, contribuindo para a naturalização da ideia de que a colonização feita no Brasil, seja por portugueses ou holandeses, foi algo tão positivo que merece homenagens.

Se historiadores, jornalistas e – mais grave – professores e autores de livros didáticos escolhem a palavra *descobrimento* para se referir às ações dos portugueses no Brasil e dos espanhóis no resto da América do Sul e na América Central no século XVI, eles reforçam a ideologia dos colonizadores europeus. Entretanto, se eles escolhem a palavra *conquista*, as implicações discursivas e pedagógicas são outras.

O ato de conquistar é o significado de *conquista*. Por isso, vejamos o primeiro significado que o *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 805) apresenta para o verbo *conquistar*: “apossar-se ou dominar pelas armas; submeter, subjugar, tomar”. Com base nesse significado literal, se historiadores, jornalistas e professores escolhem a palavra *conquista* em vez de *descobrimento*, eles provocam efeitos de sentido importantes: se foi uma conquista, houve luta porque um país queria se apossar de um

continente, subjugando seus povos pelas armas. Se houve luta, houve vencedores e vencidos, que sofreram consequências terríveis.

Em uma anotação que fez em seu diário no dia 15 de outubro de 1492, durante sua primeira viagem para os lados de cá, Colombo deixou clara a intenção que tinha com a navegação pela costa da América Central: “Minha vontade era não passar por nenhuma ilha sem dela tomar posse” (COLOMBO apud TODOROV, 2010, p. 62). Como não enxergar aí as intenções imperialistas dos espanhóis, representados pela voz de Colombo, que deles recebia o financiamento para as navegações? Conquistar territórios, subjugar e assimilar povos eram os seus objetivos, estabelecidos antes de navegar.

Em suma, a escolha da palavra *conquista* em vez da palavra *descobrimento* traz uma questão latente e pulsante: quem ganhou e quem perdeu com a conquista europeia quinhentista? Inevitavelmente essa escolha faz vir à tona uma discussão acerca de um dos maiores genocídios da história, perpetrado em nome de Deus. Os europeus, com uma tecnologia mais avançada, que lhes permitiu possuir armamento contra o qual arcos, flechas e lanças não tinham a menor chance, esforçaram-se ao máximo para embranquecer as colônias americanas, para evangelizar os povos não cristãos, para escravizar seres que eles não consideravam humanos, para roubar recursos naturais. Não por acaso, Todorov (2010, p. 69) afirma: “Toda a história da descoberta da América, primeiro episódio da conquista, é marcada por esta ambiguidade: a alteridade humana é simultaneamente revelada e recusada.” O Nós europeu não queria o Outro americano: ou o Outro se assimilava à cultura europeia ou ele tinha de ser exterminado.

Levar para a sala de aula uma discussão em torno das facetas ideológicas de *descobrimento* e de *conquista* é importante por duas razões. A primeira é o fato de contribuir para que os estudantes fiquem mais conscientes das questões de sentido que permeiam os itens lexicais. A segunda é provocar uma reflexão sobre a história contada a partir da ótica dos colonizadores.

Hoje, cinco séculos após as conquistas sangrentas daqueles europeus, ainda existem países que usam seu poderio bélico para manter sua hegemonia geopolítica em algumas regiões do globo e, principalmente, para controlarem os recursos naturais dessas regiões, como o petróleo. Para isso, subjugam povos, conquistam territórios, mesmo sem colonizá-lo segundo aquele modelo quinhentista de colonização. Também nesta contemporaneidade, testemunhamos discursos circularem com o intuito de veicularem determinadas ideologias, os quais precisam ser confrontados, pois legitimam atos que são inerentemente ilegítimos do ponto de vista do princípio da autodeterminação dos povos e da soberania nacional. Refiro-me

especificamente às chamadas *ações militares* das grandes potências em países do terceiro mundo.

Vale notar que não encontrei *ação militar* em nenhum dicionário, o que significa que os lexicógrafos ainda não consideram *ação militar* um item lexical, como consideram, por exemplo, *golpe de Estado*. A justificativa para essa ausência pode ser o fato de as ações militares não oriundas de guerras serem atos historicamente recentes. De qualquer forma, é necessário que se problematize essa palavra sintagmática por ela ser usada para rotular os atos beligerantes contemporâneos das grandes potências.

Em outubro de 2015, a versão online do jornal *O Globo* veiculou a seguinte notícia: “Premiê britânico diz que *ação militar* da Rússia na Síria é um ‘erro terrível’” (PREMIÊ, 2016, grifo meu). Em dezembro do mesmo ano, o jornal publicou uma matéria com o título “Parlamento alemão aprova *ação* contra o Estado Islâmico na Rússia” (PARLAMENTO, 2016, grifo meu). Em nenhum momento *O Globo* problematizou as palavras usadas para veicular essa notícia: *ação militar* e *ação*, respectivamente.

É importante que se observe o seguinte fato: dois países europeus enviam aviões para fazer ataques miliares em um país que está em outro continente sem estarem em guerra com esse país. Preciso enfatizar isso: a Alemanha e a Rússia não estão em guerra com a Síria. Entretanto, mesmo sem estarem em guerra com a Síria, esses dois países europeus, assim como os Estados Unidos e a França, sentem-se no direito de invadir a Síria e matar militantes do Estado Islâmico e, com eles, civis inocentes colocando essas mortes na conta dos chamados efeitos colaterais. O que chama a atenção é que esse jornal não questiona nem esse suposto direito das grandes potências nem o termo que usa para rotular os ataques ilegítimos: *ação militar*.

O que essa palavra ajuda a naturalizar é a ideia de que os bombardeios que também matam civis inocentes estão autorizados porque são realizados oficialmente por militares das grandes potências. Curiosamente, se membros do Estado Islâmico vão à França e lançam bombas e dão tiros matando civis inocentes, esses atos são chamados de *terrorismo*. Por quê? Qual a diferença entre um ato e outro? É por que um é realizado por militares oficialmente autorizados pelos governos dos seus países e o outro é realizado por não militares? Note-se que não estou aqui fazendo apologia ao terrorismo, mas, isto sim, questionando a razão pela qual ações igualmente ilegítimas e com resultados semelhantes são rotuladas com palavras diferentes.

Ao se fazer uma consulta ao *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2707), surgem aos olhos dois significados literais de

terrorismo, dos quais o primeiro é circular, o que me faz transcrever aqui apenas o segundo: “emprego sistemático da violência para fins políticos, esp. a prática de atentados e destruições por grupos cujo objetivo é a desorganização da sociedade existente e a tomada do poder”. Embora essa definição limite bastante a subscrição de determinados atos de violência à categoria de terrorismo, não há como não se categorizarem os atos dos conquistadores espanhóis e portugueses quinhentistas como terroristas. Mas as ações militares das grandes potências parecem não caber nessa definição. E parecem não caber por conta do discurso usado para justificar aquelas ações. Por exemplo, quem não se lembra de George W. Bush, após o 11 de setembro, repetindo constantemente que as invasões ao Afeganistão e ao Iraque que ele ordenou tinham o objetivo de libertar o povo daqueles países, de levar-lhes democracia e de garantir a democracia no mundo? O corolário desse discurso é que o objetivo daquelas ações não era desorganizar as sociedades existentes naqueles dois países, logo elas não cabem na definição de terrorismo apresentada neste parágrafo.

Não por acaso, em sua interessante obra *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*, Domenico Losurdo (2010, p. 15), comentando sobre o discurso dos Estados Unidos acerca da sua guerra contra o terrorismo, provoca argutamente:

A guerra em andamento é contra o terrorismo. Mas o que se deve entender com tal termo? Não há nenhum esforço para esclarecê-lo. Quanto mais vaga a acusação, tanto mais fácil para sua validade se impor de modo unilateral e tanto mais inapelável se torna a sentença pronunciada pelo mais forte.

O que é colocado em xeque aí é o próprio significado de *terrorismo*. E quem lhe atribui convenientemente o significado que a mídia corporativa difunde são as grandes potências econômicas, principalmente as europeias e a estadunidense. Como afirma Losurdo (2010, p. 51), “o poder que decide de forma soberana quem são os bárbaros, dessa mesma forma decide quem são os terroristas.” Ainda segundo Losurdo (2010, p. 49), “a denúncia insistente, obsessiva, do ‘terrorismo’ visa apenas criminalizar toda forma de resistência à ocupação militar, não limitar o conflito ou impedir sua barbarização”. É por essa razão que, ironicamente, os iraquianos e os afegãos que lutam contra os invasores estadunidenses são categorizados pela mídia como insurgentes ou rebeldes.

O pensamento de Losurdo encontra eco no pensamento de Chomsky, que comenta sobre a tal guerra contra o terrorismo anunciada pelo então presidente estadunidense George W. Bush, em um livro que escreveu logo após os ataques de 11 de setembro, data que dá título ao livro. Ele critica o uso do termo *guerra* por ser vago:

Chamá-la de “guerra contra o terrorismo”, entretanto, é simplesmente uma boa dose a mais de propaganda, a não ser que a guerra tenha como alvo, de fato o terrorismo. Mas não é o que está ocorrendo, pelo menos não sem subterfúgios, já que as potências ocidentais não poderiam assumir suas próprias definições oficiais do termo, como no U.S. Code ou nos manuais do Exército. Se o fizessem, isso revelaria de imediato que os Estados Unidos são um Estado líder do terrorismo, assim como os países que se constituem seus principais aliados. (CHOMSKY, 2001, p. 17).

Losurdo (2010) traz uma reflexão muito interessante acerca de uma ação específica das grandes potências que não é tratada como terrorismo: o embargo econômico. Seu argumento é impecável: as grandes potências impõem a um país pequeno o embargo econômico e isso desorganiza a sociedade daquele país, cuja população inteira é afetada por dificuldades financeiras e sociais. Losurdo (2010, p. 25) arremata: “O embargo, por um lado, toma o lugar dos bombardeios e, por outro, junta-se a eles. Em todo caso, bem longe de ser considerada estranha ao conflito, a população civil é diretamente tomada como alvo.”

Que palavra escolher para categorizar determinados atos: *terrorismo* ou *ação militar*? Analogamente, *terrorismo* ou *embargo econômico*? A resposta dependerá do posicionamento ideológico da pessoa que terá de fazer a escolha lexical. E isso deve ser levado para a sala de aula para que se provoquem os estudantes a pensarem acerca de quão imbricados estão posicionamentos ideológicos e as escolhas lexicais.

Embargos econômicos são armas poderosas que os países capitalistas ricos têm à disposição para tentar subjugar os povos de países menores nestes tempos confusamente pós-modernos. E o poder dos países ricos vai muito além da esfera econômica: eles controlam, por meio da mídia corporativa, os processos de naturalização dos discursos que lhes são convenientes, favoráveis, como revela a análise do terceiro par de palavras, *estatização/socorro financeiro*.

Da mão invisível de Adam Smith ao Consenso de Washington, a ideia de Estado mínimo foi ganhando força nos países capitalistas e hoje vemos os neoliberais lutando para levar essa ideia ao extremo. Eles fazem circular o discurso de que o mínimo de intervenção do Estado na economia é o melhor para todos.

Mas nada como uma crise econômica de proporções planetárias para que as máscaras neoliberais ameacem cair e as verdadeiras posições ideológicas ameacem vir à tona, forçando os detentores do poder a fazerem as escolhas lexicais adequadas para construir narrativas a serem divulgadas pela mídia de maneira que consigam conter essas ameaças. Em 2008, a economia mundial veio abaixo por causa da famosa bolha imobiliária provocada pela

administração irresponsável de crédito imobiliários por bancos estadunidenses, dentre os quais o mais emblemático foi o Lehman Brothers. Seguradoras, instituições financeiras e outros tipos de empresas começaram a quebrar num verdadeiro efeito dominó, afundando o nível de emprego e desesperando os neoliberais de plantão. Foi esse desespero que levou Barack Obama a tomar uma decisão aparentemente surpreendente, dado o perfil neoliberal dos Estados Unidos: realizou a maior intervenção estatal na economia desde a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929.

E que palavra ele e toda a mídia ocidental escolheram para se referir àquela intervenção? Exatamente *socorro financeiro*, que não consta nos dicionários, diferentemente de *mercado financeiro* e *mercado aberto*, por exemplo. E não consta porque *socorro financeiro* é um eufemismo recém-cunhado para *estatização*, um verdadeiro palavrão, um tabu terrível para os neoliberais. Essa palavra consta no *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1248), que oferece dois significados literais: (1) “apropriação de empresa pelo Estado”; (2) “ato de passar o Estado a maior acionista de (empresa) antes majoritariamente particular”.

Alguém pode pensar que o tal socorro financeiro não implica estatização. Procedente pensamento. Todavia, o tal socorro financeiro foi tão generoso que, por exemplo, o Governo estadunidense passou a ser o maior acionista, ou seja, o dono da General Motors. A indignação foi tanta que esse caso virou piada: GM passou a ser a sigla de Government Motors, não mais de General Motors. Foi uma estatização inequívoca, mas a escolha de *socorro financeiro* ajudou a fazer circular a narrativa segundo o qual a ideia de Estado mínimo não fora abalada.

Não é preciso uma análise profunda para se entender a razão pela qual Obama e a mídia corporativa burguesa escolheram *socorro financeiro* e não ousaram pronunciar a palavra *estatização*: eles estariam admitindo que a ideia de Estado mínimo só se aplica à distribuição de renda para baixo, à redução da desigualdade social. Em outras palavras, na concepção neoliberal, a ideia segundo a qual o Estado deve intervir o mínimo possível na economia só deve ser levada à risca se essa intervenção implicar a melhoria da vida das pessoas que se situam nas camadas mais baixas da pirâmide social. Se, como ocorreu em 2008, as empresas privadas precisarem do dinheiro do Estado, ou seja, da sociedade, a ideia de Estado mínimo tem de ser abandonada. Escolher *estatização* para corretamente nomear o ato do Governo de injetar dinheiro da população em empresas privadas faria vir à tona todas essas considerações feitas aqui, que não são nada convenientes ou confortáveis para os neoliberais de plantão.

Ao fim e ao cabo, ficou patente a hipocrisia dos empresários e a conveniência da concepção de Estado mínimo: se tudo estiver bem na economia, *i.e.* se eles estiverem lucrando bastante e a maioria das pessoas estiver ficando cada vez mais pobre, eles não querem nenhuma intervenção estatal; se a economia estiver ruim, *i.e.* se eles estiverem tendo menores lucros ou prejuízos, eles querem que o Estado intervenha para lhes ajudar. Ora, se realmente seguissem a concepção neoliberal do Estado mínimo, eles deveriam se preparar para a quebra de suas empresas. Afinal, seria a mão invisível cuidando da economia para levá-la ao equilíbrio novamente.

E fica aí uma oportunidade pedagógica interessante: a discussão, em sala de aula, sobre eufemismos, indo além dos exemplos tradicionais, *e.g. falecer; faltar com a verdade*. Afinal, um eufemismo como *socorro financeiro* é um ótimo exemplo de como as escolhas lexicais podem ser permeadas por questões ideológicas e de como o próprio fenômeno semântico em questão também pode ser colocado a serviço de propósitos ideológicos.

Conclusão

Do exposto até aqui, fica claro que a língua em uso não é neutra, que as palavras podem veicular valores que favorecem determinadas narrativas. E isso ocorre porque as pessoas não vivem em um vácuo ideológico. Pelo contrário, todos os indivíduos são atravessados por discursos construídos em cima de valores, que podem ficar marcados nos seus enunciados.

Se alguém escolhe a palavra *desencarnou* e não a palavra *morreu* para se referir ao que aconteceu a Prince em abril de 2016, o ouvinte pode inferir corretamente que essa pessoa adere ao discurso da religião espírita. E tal inferência só é possível porque o ouvinte tem conhecimentos enciclopédicos que o permitem vincular a palavra *desencarnou* à religião espírita e porque a informação semântica relativa a esse aspecto religioso está cravado no significado literal dessa forma verbal.

São as nossas concepções de mundo que nos fazem escolher as palavras que nos são convenientes, que se adequam aos nossos propósitos locucionais, no momento de produzirmos enunciados orais ou escritos. E isso precisa ser abordado nas aulas de português para que os estudantes possam se tornar conscientes do valor expressivo das palavras. Se eles não desenvolverem sua consciência acerca das facetas ideológicas das escolhas lexicais, eles serão presas fáceis dos processos de naturalização de discursos levados a cabo pelas elites econômicas e pelas elites simbólicas. Só assim eles poderão refletir criticamente sobre as

palavras que jornalistas e cidadãos em geral escolhem para representar situações da realidade: *terrorismo* ou *ação militar*, *descobrimento* ou *conquista*, *socorro financeiro* ou *estatização*, *golpe civil-judicial-midiático* ou *impeachment*, *comunismo* ou *capitalismo de Estado*, *homossexualidade* ou *homossexualismo*, *dependente químico* ou *viciado*?

Se provocados, os estudantes poderão se lembrar de questionar, por exemplo, por que se fala tanto em terroristas islâmicos e nunca se fala em terroristas cristãos. Afinal, os cristãos torturaram e assassinaram milhões de pessoas nos últimos 1000 anos. Para se ter uma ideia, apenas no século XVI, estima-se que os conquistadores espanhóis na América Central tenham dizimado em torno de 70 milhões de seres humanos (TODOROV, 2010, p. 191). Deirdre English e Barbara Ehrenreich (1973 apud MURARO, 1997, p. 13), autoras do livro *Witches, nurses and midwives*, analisando as estatísticas referentes às mulheres queimadas na fogueira sob a acusação de bruxaria entre o século XIV e o século XVIII, estimam que o “total de mulheres executadas subia à casa dos milhões”. Além disso, os cristãos destruíram as culturas de povos autóctones nos continentes americano e africano, quando não os exterminaram. Ou seja, em nome de Deus, cristãos cometeram muitos atos de terrorismo. Mesmo assim, não se vê nenhum historiador ou jornalista usar o termo *terrorista cristão* para se referirem, por exemplo, aos inquisidores da Idade Média, embora frequentemente a mídia fale de terroristas islâmicos, colando injusta e exclusivamente a uma religião a pecha de terrorista.

Em 22 de julho de 2011, um ataque terrorista abalou a Noruega. Ainda sem informações concretas, a *Folha de São Paulo* divulgou uma informação veiculada pelo *New York Times* atribuindo o atentado a terroristas islâmicos (REDE, 2016). Curiosamente, o terrorista foi preso no dia seguinte: chama-se Anders Behring Breivik. Descobriu-se algo desagradável para o mundo ocidental cristão: ele é cristão. Entretanto, nenhum jornal ou telejornal o rotulou de terrorista cristão. Absolutamente nenhum. Mas continuam veiculando informações sobre terroristas islâmicos.

Os professores de português precisam instigar seus alunos a refletirem sobre as razões que levam falantes e escritores a realizarem determinadas escolhas lexicais para se referirem a eventos e pessoas. Exemplos não faltam: há quem use a palavra *droga* para se referir à maconha, à cocaína e ao crack, mas não a usa para se referir ao uísque e à cerveja; há pessoas que se referem ao Bolsa Família escolhendo a palavra *benefício* e há quem se refira a esse programa social como *esmola*.

Por conta das implicações discursivas das facetas ideológicas das escolhas lexicais, a não neutralidade da língua em uso deve ocupar o espaço das aulas de português na educação básica. Os professores precisam levar para a sala de aula atividades que levem seus alunos a

refletirem sobre tais facetas, pois isso pode dar uma contribuição importante para a transformação desses alunos em leitores críticos.

Referências

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV, Valentin). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004 [1929]. Título original: Marksizm i filossófia iaziká.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução de José António Meireles e Eduardo Paiva Raposo. 2. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1978 [1965]. Título original: Aspects of the theory of syntax.

_____. **11 de setembro**. 2. ed. Tradução Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. Título original: 9/11.

CULLER, Jonathan. **Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo**. Tradução Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. Título original: On deconstruction: theory and criticism after structuralism.

DUCROT, Oswaldo. **Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer)**. Tradução Carlos Vogt et al. São Paulo: Cultrix, 1972.

ECO, Umberto. Interpretação e história. In: ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 27-51. Título original: Interpretation and overinterpretation.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Tradução Elizabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. Título original: The illusions of postmodernism.

FISH, Stanley. **Is there a text in this class?** The authority of interpretive communities. 11. imp. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

FRANCISCO, Marli; CANHA, Vanderleia. Relações de trabalho: transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a mão-de-obra no contexto de consolidação do capitalismo nas sociedades brasileira e estadunidense. In: VÁRIOS AUTORES. **História**. Curitiba: SEED, 2007. p. 73-89.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEITÃO, Eliane Vasconcellos. **A mulher na língua do povo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

LIAUSU, Lucas. **Com Robben de garoto-propaganda, Sport lança o terceiro uniforme**. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/pe/futebol/times/sport/noticia/2015/09/com-robben-de-garoto-propaganda-sport-lanca-o-terceiro-uniforme.html>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império**: léxico da ideologia estadunidense. Tradução Jaime Clasen. São Paulo: Boitempo, 2010. Título original: Il linguaggio dell'impero: lessico dell'ideologia americana.

MAIOR, Aramando Souto. **História do Brasil** para o ensino de 2º grau (antigo colégio) e vestibulares. 10. ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER; James. **O martelo das feiticeiras**. 19. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2007 [1484].

OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marco Antonio Batista. Fairclough. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 281-309.

PARLAMENTO alemão aprova ação contra Estado Islâmico na Síria. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/parlamento-da-alemanha-aprova-acao-contra-o-estado-islamico-na-siria.html>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

PREMIÊ britânico diz que ação militar da Rússia na Síria é um 'erro terrível'. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/10/premie-britanico-diz-que-acao-militar-da-russia-na-siria-e-um-erro-terrivel.html>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

REDE terrorista assume atentado à Noruega, diz jornal. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/948352-rede-terrorista-assume-atentado-a-noruega-diz-jornal.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 21. ed. Tradução de Antônio Chelin *et al.* São Paulo: Editora Cultrix, 1999 [1916]. Título original: Cours de linguistique générale.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Título original: Nous et les autres (La réflexion française sur la diversité humaine).

_____. **A conquista da América**: a questão do outro. 4. ed. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2010. Título original: La conquête de l'Amérique: la question de l'autre.

VAN DIJK, Teun. **Ideology** : a multidisciplinary approach. reimp. Grã-Bretanha: SAGE, 2000.

_____. **Discurso e poder**. Tradução Judith Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto, 2008. Título original: Discourse and power.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, [1953] 1999. Título original: Philosophical Investigations.

YAGUELLO, Marina. **Alice no país da linguagem**: para compreender a linguística. reimp. Tradução Maria José Figueiredo. Lisboa: Estampa, 1997. Título original: Alice au pays du langage. Pour comprendre la linguistique.

Artigo recebido em: 30/04/2016.

Artigo aceito em: 30/07/2016.

Artigo publicado em: 30/07/2016.